

O intelectual acorrentado ao Anjo Azul

Vai longe, muito longe, o filme O Anjo Azul (Der Blaue Engel). Lançado em 1930, em Berlim, habita hoje os cemitérios imaginários da indústria cultural. Não deveríamos nos esquecer, contudo, que ele fez à humanidade o favor imenso de tornar famosa a atriz Marlene Dietrich. Com uma cartola na cabeça, mãos na cintura, cabelos curtos e um short mais curto ainda, ela cantava Falling in Love Again num palco de vaudeville alemão, a casa noturna chamada Anjo Azul. Seu nome era Lola Lola. Sua silhueta prateada se projetava a partir de duas coxas mais inebriantes que a boemia dos anos 20 e mais mortais que a hiperinflação de Weimar. Suas pernas resplandecentes moldaram a presença da mulher no século 20, mas não salvaram ninguém da tragédia. Viriam ainda o nazismo e a Segunda Guerra, que agora também vão longe, mas nem tanto.

A história, adaptada na Alemanha do entreguerras, é baseada no livro de Heinrich Mann, Professor Unrat (termo que quer dizer “lixo”), publicado em 1905. Tanto o romance como o filme tinham a intenção mais ou menos explícita de achincalhar a figura impoluta do educador autoritário e conservador, metido a julgar, enquadrar e reprimir a sexualidade alheia. Estamos no auge do expressionismo alemão, um cinema contestador. No papel do professor repressor, Emil Jannings é o expressionismo encorpado e espaçoso. De cavanhaque cinza claro e muitos quilos sobressalentes acolchoados sob o terno cinza escuro, empina o queixo (como um leão marinho cortejando a fêmea) e entra na casa noturna com a carranca de quem está disposto a queimar os pecadores na fogueira. Parece um justiceiro dos costumes. Então, em poucos minutos, o pobre homem sucumbe, indefeso, ao magnetismo erótico da cantora. É o seu fim. Ao se deixar seduzir pela estrela fácil do Anjo Azul, a mesma que encantara seus alunos mais barulhentos, o mestre de inglês e de literatura perde a autoridade, vira objeto de chacota na escola e é demitido sem dó.

Na primeira hora, ele até que tenta manter a dignidade. Cavalheiro, pede Lola em casamento. Ela diz sim. Mas, depois, o infeliz vai descambando, de show em show, numa decadência repulsiva. Termina vendendo fotos da esposa seminua para plateias alcoolizadas.

A moral da história é tão direta quanto primária: todo moralista conservador é um bobo, um reprimido ridículo. A lição de moral, logo se vê, é ela mesma um pouco moralista. O que temos então é o moralismo expressionista, supostamente revolucionário, contra o moralismo convencional, supostamente reacionário.

Tudo acabaria nisso, numa revanche esquemática de uma visão do mundo contra outra, não fosse o vigor estético do filme. Quase um século depois da estreia, a metáfora da obra prima de Josef von Sternberg ainda admite novas leituras, algumas perturbadoras e bem atuais. Falemos de duas possíveis.

A primeira pode ser entendida como uma crítica não da moral conservadora, mas da indústria do entretenimento. Sem que essa tenha sido a intenção expressa de seus criadores, O Anjo Azul dissecou e antecipa a predação carnívora pela qual essa indústria viria mais tarde a devorar a alma da cultura clássica. Sem camadas de proteção contra o assédio do entretenimento emergente, os cânones da velha cultura se deixaram exterior, emborçados, e se converteram em cerimônias esdrúxulas do grande teatro de variétés em

deixaram extasiar, embevecidos, e se converteram em serviços coadjuvantes do grande teatro de revista em que o planeta iria se converter a partir da segunda metade do século 20.

A outra leitura possível vai encabular uns e outros, mas é ainda mais presente – e mais irrefutável, ao menos no caso brasileiro. Por essa leitura, a metáfora de O Anjo Azul expõe uma afecção do espírito típica do intelectual engajado do século 20. Por vaidade, narcisismo ou tibieza, ele sente prazer em acreditar que é desejado com sinceridade por aquela que é o objeto de desejo dos seus alunos (a juventude). Esse prazer o escraviza e ele não consegue resistir à ilusão de ser amado pela estrela que tantos amam.

Mas quem é essa estrela, exatamente? Ela não é a sereia mitológica nem uma sacerdotisa da liberação sexual, mas uma nova sereia industrializada, que entoava um canto melodramático e capcioso. Ela é a face sedutora do partido político que aprendeu a cantar na linguagem da indústria do entretenimento. Aos olhos e ouvidos do intelectual seduzido, essa estrela dá razão às veleidades teóricas que ele formulou. O intelectual imagina ouvir na canção sensual o reconhecimento de seu valor de ideólogo e se apaixona por essa sensação. Ele se sente reconhecido, suprido em sua carência, e no sorriso de Lola vislumbra o atalho para o círculo mais íntimo do poder, objeto secreto de sua cobiça inconfessável. Ele se rende, numa dança gozosa que o conduz à maldição: vai vender imagens sem qualidade enaltecendo sua amada para eleitores sem cultura, vai ser o panfleteiro traído, sempre traído, da Lola que finge amá-lo, mas na verdade o despreza.

Por fim, quando a rainha da qual se enamorou estiver seminua ou mesmo nua por inteiro nas fotografias de jornal, quando a miséria moral de sua rainha for tornada pública, exposta em contrastes mais que expressionistas para toda gente, o intelectual, traído mas ainda assim fiel, não poderá fazer mais nada que não seja esboçar uma contenteza falsa que mal esconde seu infortúnio. Ele, que um dia acreditou embarcar num novo mundo de luz, música, liberdade e deleite, movido por seu arrebatamento de adolescente deslumbrado, vai descobrir, como o professor Unrat descobriu na ressaca do Anjo Azul, que sua cátedra agora não é o partido, mas a sarjeta. Ele sabe que não valeu a pena. Sabe que se deixou enganar. Sabe que a sereia industrial mentiu. Mas não tem como ousar criticá-la, pois se exilou do próprio pensamento. Ele agora é parte ativa da impostura contra a qual, um dia, diante de uma página de livro, achou que tinha forças para lutar.

EUGÊNIO BUCCI É JORNALISTA, PROFESSOR DA ECA-USP

Na educação, a síntese dos fiascos brasileiros

As más classificações em educação e em competitividade são itens do mesmo quadro
O fracasso na educação pode ser a síntese de todos os fracassos do Brasil neste começo de século, refletidos na maior recessão em muitas décadas, no baixo potencial de crescimento, na estagnação da produtividade, no escasso poder de competição internacional, no retorno humilhante à armadilha da crise fiscal e na corrupção como componente da rotina política. A ilusão do avanço e a queda na realidade foram marcadas em duas capas famosas da revista *The Economist* – na primeira, o Cristo Redentor subindo como um foguete, na segunda, despencando de cabeça para baixo. Uma fantasia permanece, no entanto, em alguns discursos políticos e, talvez, na mente das pessoas mais crédulas. Ainda se fala sobre o resgate de dezenas de milhões de pessoas da pobreza.

De fato, milhões ingressaram no mercado de consumo graças a transferências de dinheiro por mecanismo fiscal e à elevação real do salário mínimo por decisão política. Quantos desses pobres, ou ex-pobres, segundo os mais otimistas, se tornaram mais capazes de ganhar a vida no mercado, em condições normais, apenas com suas habilidades e seu esforço? Ninguém respondeu ainda a essa pergunta, mas, além disso, poucos a têm formulado de modo explícito. O Brasil ainda é conhecido por seus indicadores de pobreza e desigualdade, mesmo depois das alardeadas façanhas do populismo e da melhora de alguns números. Mas houve mesmo tanta melhora?

Uma boa pista sobre essa questão foi apresentada há mais de 200 anos, na França, pelo marquês de Condorcet, filósofo, matemático, membro da Assembleia revolucionária e, como tantos outros líderes, vítima da própria Revolução. A instrução, escreveu Condorcet, é “um meio de tornar real a igualdade de direitos”. É inútil, segundo ele, proclamar essa igualdade quando a ignorância mantém um homem na dependência do saber de outros. Por isso, “a instrução pública é um dever da sociedade em relação aos cidadãos”. As ideias do marquês sobre educação aparecem nas suas *Cinco Memórias sobre a Instrução Pública*, editadas em 1791, e no *Relatório sobre a Instrução Pública*, lançado no ano seguinte. São propostos programas de acordo com a idade, com o tipo de ocupação procurado e com a vocação científica ou profissional do estudante.

A educação geral inclui uma etapa básica e, em seguida, como objetos de instrução comum, “um curso muito elementar de matemáticas, de história natural e de física, absolutamente dirigido para as partes dessas ciências que podem ser úteis na vida comum”. A esses ensinamentos devem acrescentar-se elementos da Constituição nacional, noções fundamentais de gramática e de metafísica, primeiros princípios de lógica e noções de história e de geografia. O objetivo ultrapassa a formação de competências para a vida produtiva: a ideia é formar cidadãos, pessoas capazes de participar conscientemente da vida social. A ideia da instrução como promotora da igualdade tem um amplo significado.

A mesma preocupação aparece, mais de 200 anos depois, no texto de apresentação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, conhecido pela sigla Pisa: que conhecimentos e capacidades são importantes para os cidadãos? Essa pergunta abre o relatório do exame aplicado em 2015 a 540 mil estudantes de 72 países, jovens de 15 anos, no final, portanto, da fase de educação obrigatória. Trata-se de saber, segundo o texto, se eles obtiveram os conhecimentos e competências essenciais “à plena participação em sociedades modernas”. Não se trata somente de economias modernas, embora esse ponto seja importantíssimo, mas de sociedades, algo mais amplo.

O teste incluiu, como sempre, questões de ciência, leitura e matemática. Mas neste ano o objetivo principal foi medir a qualificação para o exame de questões científicas e a capacidade de achar soluções para problemas novos. Além disso, os estudantes preencheram questionários sobre sua origem e suas condições de vida.

Os estudantes brasileiros, como sempre, foram muito mal. Conseguiram em ciências 401 pontos, muito abaixo da média geral (493) dos alunos dos países da OCDE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O grupo é formado majoritariamente por países desenvolvidos, mas com participação relevante de emergentes, incluídos México e Chile. Em leitura os brasileiros obtiveram 407 pontos. Em matemática, 377. As médias da OCDE nessas disciplinas foram 493 e 490. Acima do Brasil ficaram, entre dezenas de outros, Chile, Bulgária e Costa Rica. Além disso, Colômbia, México e Uruguai gastam menos que o Brasil por aluno e conseguem resultados melhores. O Chile, com despesa média praticamente igual, obteve 477 pontos em ciência. Enquanto isso, o debate brasileiro continua centrado no

tamanho do gasto em educação.

Dois meses antes do novo relatório do Pisa, saiu o ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial. O Brasil ficou em 81.º lugar entre 138 países. Foi a pior classificação na lista publicada a partir de 1997. No relatório anterior o País estava na 75.ª posição. A 48.ª colocação, a melhor, havia sido alcançada em 2012. A recessão pode ter afetado as duas últimas notas, mas o declínio começou bem antes. Além disso, o Brasil tem sido regularmente mal classificado em questões estruturais, como tributação, infraestrutura, educação e formação de mão de obra. Houve até um avanço no item “educação superior e treinamento”, mas da 93.ª para a 84.ª posição. Seria um dado animador num conjunto de mil países. Mas são apenas 138.

As más classificações no Pisa e no quadro de competitividade são mais que uma casualidade. Além disso, o Brasil, embora seja uma das dez maiores economias, continua em 25.º entre os exportadores. Todos esses dados se completam e, é claro, remetem a Condorcet. É séria, no Brasil, a conversa sobre igualdade e cidadania?

*Jornalista